

## **VOTO**

**PROCESSO:** 48500.003506/2024-41.

**INTERESSADA:** Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional – ENBPar, Agentes de geração com contratos no PROINFA, Consumidores, Concessionárias e permissionárias de distribuição e Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

**RELATOR:** Diretor Fernando Luiz Mosna Ferreira da Silva.

**RESPONSÁVEL:** Superintendência de Gestão Tarifária e Regulação Econômica – STR.

**ASSUNTO:** Estabelecimento das quotas de custeio e de energia elétrica referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA para o ano de 2025.

### **I – RELATÓRIO**

1. A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, instituiu o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, o aumento da participação de agentes no setor elétrico.

2. A Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, inciso I, alínea ‘c’, estabeleceu que todos os custos concernentes à aquisição da energia gerada pelo PROINFA, inclusive os custos administrativos, financeiros e os decorrentes de encargos tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores finais atendidos pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, exceto os integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda.

3. O Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, em seu art. 15, determina que compete à ANEEL regulamentar os procedimentos para o rateio da energia e dos custos referentes ao PROINFA.

4. O Decreto nº 10.791, de 10 de setembro de 2021, criou a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar e, em seu art. 2º, inciso VI, delegou a ela a

gestão os contratos de comercialização da energia gerada pelos empreendimentos contratados no âmbito do PROINFA, de que trata a Lei nº 10.438/2002.

5. O Submódulo 5.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aprovado por meio da Resolução Normativa (REN) nº 1.080, de 5 de dezembro de 2023, regulamenta o cálculo das quotas de custeio e das quotas de energia elétrica referente ao PROINFA, bem como os parâmetros para a contabilização mensal das quotas de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

6. A ENBPar, por meio do Ofício nº 357/2024/ENBPar, de 28 de outubro de 2024, apresentou o Plano Anual do PROINFA – PAP para o ano 2025, pela qual informou o montante contratado de geração de energia elétrica no âmbito do Programa, previsto em 11.203.485 MWh, bem como o respectivo valor total de custeio, previsto em R\$ 6.161.623.506.

7. A Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração e do Mercado de Energia Elétrica – SGM, mediante o Memorando nº 148, de 5 de novembro de 2024, informou que procedeu à análise do PAP 2025, com foco nos montantes de energia e de custeio para 2025, e verificou que esse plano se encontra compatível com a legislação vigente. A SGM recomendou a aprovação do PAP 2025.

8. Em 11 de novembro de 2024, na 44ª Sessão de Sorteio Público Ordinário, o processo foi a mim distribuído.

9. Por meio da Nota Técnica nº 174/2024-STR/ANEEL, de 22 de novembro de 2024, a STR calculou as quotas de custeio e de montante de energia referentes ao PROINFA para o ano de 2025.

10. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

11. Trata-se do estabelecimento das quotas de custeio e de energia elétrica referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA para o ano de 2025, em conformidade com o Plano Anual do PROINFA – PAP, que foi elaborado pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional – ENBPar, bem como os parâmetros para a contabilização mensal pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, em atenção ao disposto na revisão do

submódulo 5.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET aprovado por meio da Resolução Normativa nº 1.080, de 5 de dezembro de 2023.

12. No PAP 2025, a ENBPar informou o número de empreendimentos previstos para operação no âmbito do PROINFA, que juntos representam um total de 2.975,10 MW de potência instalada e uma geração prevista de 11.203.485 MWh, tendo a SGM recomendado a utilização integral dessa energia.

13. A ENBPar também informou os valores das parcelas de ajuste decorrentes de variações mensais entre os montantes de energia contratados e os efetivamente gerados pelas usinas participantes do programa, que foram apuradas conforme regras e procedimentos da CCEE.

14. Conforme apontado pela STR, houve um aumento de 22,82% no montante de custeio do PROINFA em relação ao valor definido para o período de 2024. A principal componente que explica essa diferença é a variação na previsão dos Pagamentos da Liquidação na CCEE e a variação a menor do Saldo da Conta PROINFA. Em 2024 a previsão dos Pagamentos da Liquidação na CCEE era de R\$ 91.894.938, e para o ano de 2025, é de R\$ 477.068.715. Já o Saldo da Conta PROINFA tinha previsão em 2024 de R\$ 990.387.454 e para 2025 a previsão caiu para R\$ 455.068.651.

15. Além disso, a ENBPar relacionou situações especiais para o PAP 2025, abaixo registradas:

- i) *Em 15 de outubro de 2019, por meio do Ofício nº 102/2019-SRG/ANEEL, a ANEEL determinou o cumprimento de decisões judiciais proferidas em favor do empreendimento PCH São Bernardo, que limita a aplicação do fator de ajuste GSF, considerando redução máxima de 5%. O Conselho de Administração da CCEE, após a 1.086ª Reunião Extraordinária, decidiu realizar mensalmente o cálculo dos efeitos financeiros referente às decisões judiciais e encaminhar a Eletrobras/ENBPar para incorporação dos montantes protegidos liminarmente no Plano Anual do Proinfa. A soma dos valores protegidos por liminar para o ano de 2023, informados pela CCEE, foram incluídos como ajuste no faturamento do ano de 2024. Assim como os valores protegidos por liminar para o ano de 2024 serão incluídos no faturamento do ano de 2025;*
- ii) *A Abengoa Bioenergia Agroindústria Ltda, antiga proprietária da UTE São Luiz, entrou em recuperação judicial em 2017. Desta forma, conforme decisão proferida através do processo nº 1001163- 43.2017.8.26.0538, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Eletrobras não pôde efetuar descontos no faturamento, em virtude de a energia produzida pela usina ser inferior ao montante contratado. A suspensão deu-se no período de janeiro de 2018 a agosto de 2021. Posteriormente, foi realizada a transferência de titularidade da usina, de Abengoa Bioenergia Agroindústria Ltda, para*

*UPI São Luís Cogeração Ltda., que teve sua razão social alterada para São Luiz Termoelétrica S.A., a partir de setembro de 2021, momento no qual houve a suspensão do faturamento da usina, até que fosse regularizada a situação contratual de transferência de titularidade da usina, com a assinatura do devido termo aditivo, o qual está em vias de ser assinado durante a realização desse PAP;*

- iii) As usinas eólicas Pulpito, Santo Antônio, Bom Jardim, Rio do Ouro, Aquibatã, Campo Belo, Amparo, Cascata, Cruz Alta, Salto, de propriedade da empresa Energimp; e a usina eólica Alegria II, de propriedade da empresa New Energy Options, estão no Proinfa por decisão liminar de ação judicial interposta pelas respectivas proprietárias dos empreendimentos;*
- iv) As usinas PCH Buriti, PCH Cidezal, PCH Parecis, PCH Rondon, PCH Telegráfica, PCH Aquarius, PCH Alto Sucuriú, PCH São Lourenço e PCH Sete Quedas Alta, por decisão judicial, deixaram de participar do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Todas as usinas citadas neste item possuem o CCVE do tipo PCH-MRE;*
- v) A PCH Colino I participa do MRE e, por consequência, da repactuação do risco hidrológico, por força de decisão liminar. O contrato desta usina é do tipo PCH-MRE. VI. Em set/24, a Aneel emitiu a Nota Técnica nº 146/2024 SGM, sobre a apuração e pagamento de restrição de operação por Constrained-off de usinas eólicas do Proinfa. Anexo à Nota, foi apresentada uma minuta de Despacho, estabelecendo que a ENBPar poderia considerar o constrained-off calculado pela CCEE como parte da energia gerada pela usina para atendimento do CCVE Proinfa. Até o momento da realização deste PAP, o processo ainda não foi aprovado pela diretoria da Aneel, logo o despacho ainda não foi publicado. Cumpre ressaltar que o cálculo do constrained-off pela CCEE está condicionado ao fechamento da Consulta Pública Aneel nº 22/2022, e aprovação das Regras de Comercialização do Constrained-off para eólicas. Desta forma, a ENBPar não considerou no PAP 2025, eventuais pagamentos e recebimentos relativos ao constrained-off.*

16. Assim, os valores considerados no rateio das quotas do PROINFA de 2025 estão resumidos na Tabela 1, que totalizam R\$ 6.161.623.506.

17. A Tabela 2 apresenta o custo médio da energia a ser faturada por fonte e o custo médio da energia a ser disponibilizada pelo PROINFA em 2025, incluídos no cálculo as parcelas de ajuste e o saldo positivo da conta.

**Tabela 1: Energia a ser faturada e custos por fonte em 2025**

Fonte	Número de Emp.	MWh	Custo Anual por Fonte (R\$)	Liquidação CCEE 2025	Saldo da Conta PROINFA	Contribuição Associativa	Custos Adm. 2025	Ajuste de Reserva Garantia (+)	Total
PCH	10	932.185,00	348.972.044,74						
PCH MRE	50	5.563.817,00	2.672.623.406,13						
Eólica	52	3.525.426,00	2.619.631.195,72						
Biomassa	19	1.182.057,00	448.503.435,72						
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>11.203.485,00</b>	<b>6.089.730.082</b>	<b>477.068.715</b>	<b>455.068.651</b>	<b>1.912.519</b>	<b>10.284.000</b>	<b>37.696.841</b>	<b>6.161.623.506</b>

**Tabela 2: Custo médio por fonte e do programa em 2025 (R\$/MWh)**

<b>Fonte</b>	<b>R\$/MWh</b>
PCH	374,36
PCH/MRE	480,36
Eólica	743,07
Biomassa	379,43
<b>Custo Médio</b>	<b>543,56</b>
<b>Liquidação</b>	<b>42,58</b>
<b>Saldo</b>	<b>-40,62</b>
<b>Contrib. Associativa</b>	<b>0,17</b>
<b>Custos Administrativos</b>	<b>0,92</b>
<b>Dec. Nº 10.350</b>	<b>3,36</b>
<b>Custo Programa</b>	<b>549,97</b>

18. Em atendimento ao comando previsto no Submódulo 5.3 do PRORET, com base nos dados apresentados pela ENBPar, e de acordo com o mercado de energia elétrica referente ao período de setembro de 2023 a agosto de 2024, procedeu-se ao cálculo das quotas de custeio e de energia elétrica referentes ao PROINFA para o ano de 2025.

19. Destaca-se que no rateio dos custos foi excluído integralmente o mercado associado à subclasse residencial baixa renda, tendo em vista a o disposto na Lei nº 12.212/2010, referente à Tarifa Social de Energia Elétrica.

20. A identificação do mercado para rateio das quotas foi realizada considerando os dados disponíveis no Sistema de Acompanhamento de Informação de Mercado para Regulação – SAMP para o mercado cativo e para os consumidores da subclasse residencial baixa renda. Para a identificação do mercado de consumidores livres e autoprodutores conectados às distribuidoras, também foram utilizados dados do SAMP e para aqueles conectados em transmissoras foram utilizados dados informados pela CCEE, mensalmente.

21. Para definição das quotas de custeio, parte-se da obtenção do valor, em R\$/MWh, resultante da razão entre o custo total do PROINFA, R\$ 6.161.623.506 e o mercado pagante, que corresponde à energia total de consumo final, 470.734.471MWh, dos quais já estão excluídos os montantes referentes aos consumidores atendidos via Sistema Isolado e as unidades consumidoras

classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda. Esse valor corresponde a R\$ 13,09/MWh para este ano, sendo essa tarifa a de rateio do PROINFA.

22. As quotas de custeio das distribuidoras e transmissoras de energia elétrica participantes do SIN resultam do produto entre a tarifa de rateio do PROINFA e o respectivo mercado pagante. Os dados de mercado foram obtidos com base no período de setembro de 2023 a agosto de 2024.

23. Para os casos em que a carga, em todo ou em parte, seja atendida por autoprodução ou produção independente própria, a tarifa de rateio do PROINFA aplica-se à parcela de consumo que exceder a geração própria, tanto para unidades de consumo conectadas às instalações de distribuição, ou às “Demais Instalações de Transmissão – DIT”, quanto para aquelas conectadas às instalações de transmissão componentes da Rede Básica.

24. Especificamente para as transmissoras, as quotas de custeio representam valores de referência, sendo a obrigação de recolhimento à ENBPar obtida pela aplicação da componente específica da TUST, denominada TUST PROINFA, ao consumo verificado mensalmente dos consumidores livres e autoprodutores cujas unidades de consumo estejam conectadas às instalações de transmissão componentes da Rede Básica.

25. Para tanto, a Resolução Homologatória resultante do presente processo fixará o valor da TUST PROINFA para ano civil. O valor da TUST PROINFA foi obtido pelo acréscimo à tarifa de rateio do PROINFA, da alíquota de PIS e COFINS, conforme regime tributário, 3,65% no cumulativo e 9,25% no não cumulativo. Assim, identificou-se a TUST PROINFA de R\$ 13,59/MWh para as transmissoras optantes pelo regime cumulativo e de R\$ 14,42/MWh para o não cumulativo.

26. A Tabela 3 apresenta o rateio da quota de custeio por segmento cujo detalhamento consta do Anexo I da minuta de Resolução Homologatória.

**Tabela 3: Quotas de custeio 2025**

<b>Segmento</b>	<b>Consumo Faturado (MWh)</b>	<b>Quotas de Custeio (R\$)</b>
Mercado Cativo	278.465.830,12	3.644.945.742,89
- Concessionárias	274.668.518,33	3.595.241.276,76
- Permissionárias	3.797.311,78	49.704.466,13
Mercado Livre	192.268.640,43	2.516.677.763,11

- Distribuição	156.554.220,37	2.049.198.060,74
- Transmissão	35.714.420,07	467.479.702,37
	470.734.470,55	6.161.623.506,00

27. Por fim, em observância aos novos procedimentos aprovados por meio da REN nº 1.080/2023, foram apuradas as quotas anuais de energia para os agentes de distribuição, a serem utilizadas para fins de valoração da cobertura tarifária de compra de energia, bem como os parâmetros a serem utilizados pela CCEE na apuração das quotas mensais de energia.

28. Cumpre destacar que as quotas de energia passam a ser dinâmicas e serão definidas pela CCEE com base na carga mensal dos agentes (TRC) identificada na contabilização. Trata-se de um rateio da energia mensal disponibilizada pela ENBPar, agente de comercialização do PROINFA, entre todos os agentes do SIN, cargas reguladas, representadas pelas distribuidoras, e os consumidores livres.

29. Para fins de apuração mensal foram calculados dois parâmetros necessários a definição das quotas dos agentes de distribuição. O primeiro, fator de ajuste de mercado, obtido pela razão entre o mercado total de consumo da distribuidora, cativo e suprimento, e o Consumo Total do Agente (TRC). Este é utilizado para adequar a quota de energia das distribuidoras agentes da CCEE ao consumo verificado (faturamento).

30. O segundo é o fator de proporção de mercado a ser utilizado para identificação das quotas de energia das distribuidoras supridas integralmente, não agentes da CCEE, pelo qual é identificada a parcela de energia recebida pela supridora que deve ser alocada a suprida. Estes dois fatores têm vigência anual.

31. As informações de mercado faturado (cativo, livre e suprimento) foram obtidas por meio do SAMP e os dados de Consumo Total do Agente (TRC) decorrem de envio periódico realizado pela CCEE. Todos os dados foram obtidos para o período de setembro de 2023 a agosto de 2024, sendo que, para o TRC, foram considerados os valores médios nos casos de adesão durante o período.

32. A Tabela 4 indica as quotas de energia estimadas por segmento, cujo detalhamento consta do Anexo II da minuta de Resolução Homologatória.



**Tabela 4: Quotas de energia 2025**

<b>Segmento</b>	<b>Quotas de Energia (MWh)</b>
<b>Mercado Cativo</b>	<b>6.905.772,02</b>
- Concessionárias	6.819.312,43
- Permissionárias	86.459,59
<b>Mercado Livre</b>	<b>4.297.712,98</b>
- Distribuição	3.499.401,17
- Transmissão	798.311,81
	<b>11.203.485,00</b>

### **III – DIREITO**

33. Essa decisão está amparada nos seguintes dispositivos: Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004; e Submódulo 5.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

### **IV – DISPOSITIVO**

34. Diante do exposto e do que consta do Processo nº 48500.003506/2024-41, voto pela emissão de Resolução Homologatória, conforme minuta anexa, a fim de:

- i) fixar a energia anual e montante total de custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA para 2025 no montante de 11.203.485 MWh e no valor de R\$ 6.161.623.506;
- ii) fixar as quotas anuais de energia e custeio de cada agente de distribuição associada a carga anual do mercado regulado e as destinadas ao atendimento do mercado livre por agente de distribuição e transmissão;
- iii) fixar os fatores de ajuste de mercado das distribuidoras agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE para o ano de 2025; e
- iv) fixar os fatores de proporção do mercado das distribuidoras não agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, para fins de segregação de suas respectivas quotas mensais do montante total alocado à distribuidora supridora.

Brasília, 3 de dezembro de 2024.

*(Assinado digitalmente)*

**FERNANDO LUIZ MOSNA FERREIRA DA SILVA**

Diretor